



PREFEITURA MUNICIPAL  
**RIBAS DO RIO PARD**

FLS. 176  
PROC. 074/23  
RUB. 9

DE: DEPARTAMENTO DE CONTRATOS  
PARA: COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

DATA: 04/07/2023

EMPRESA: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2023  
PROCESSO Nº 074/2023  
CONTRATO Nº 154/2023

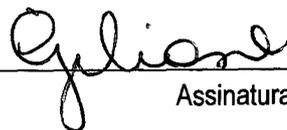
Vimos por meio desta encaminhar a V.S.<sup>a</sup> os seguintes documentos:

CONTRATO  
EXTRATO DO CONTRATO  
PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO

Atenciosamente,

  
Nivana Cristina Candido Leme  
Departamento de Contratos

Recebi em 04/07/23

  
Assinatura

**Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo**  
Rua Conceição do Rio Pardo, 1725 – Centro – Ribas do Rio Pardo/MS  
CEP: 79180-000  
Tel.: (67) 3238-1175  
[www.ribasdoriopardo.ms.gov.br](http://www.ribasdoriopardo.ms.gov.br)

CONTRATO DE ADESÃO 154/2023 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO E O MUNICÍPIO DE RIBAS DO RIO PARDO/MS.

O MUNICÍPIO, por intermédio do(a) MUNICÍPIO DE RIBAS DO RIO PARDO/MS, com sede na Rua Conceição do Rio Pardo, 1725, Centro - Ribas do Rio Pardo - MS, CEP nº 79180-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.501.541/0001-91, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. João Alfredo Danieze, portador da carteira de identidade (CI/RG) nº 5572B/OAB/MS e do CPF nº 025.879.458-52, designado por meio do Termo de Posse Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo MS 2021/2024 de 01/01/2021 e pelo Secretário Municipal de Gestão de Governo, Sr. Manoel Aparecido dos Anjos, portador da carteira de identidade (CI/RG) nº 257266 SSP/MS e do CPF nº 408.788.481-34, designado por meio da Portaria nº 002/2021 e o SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO, empresa pública federal, com sede no SGAN Quadra 601, Módulo V, Brasília/DF, CEP: 70836-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.683.111/0001-07, doravante denominado **SERPRO**, neste ato representada pelo Gerente de Departamento, Sr. Anderson Roberto Germano, portador da carteira de identidade RG 3656851 SSP/DF e CPF 004.641.859-80, e pelo seu Gerente de Divisão Substituto, Sr. Raphael Correa de Carvalho, portador da carteira de identidade RG nº 207745308 DIC RJ e CPF nº 102.457.127-04, resolvem celebrar o presente contrato com fulcro nos princípios do direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, e mediante as normas das Leis 8.666/93 e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), suas alterações e as cláusulas e condições seguintes:

**1. DO OBJETO**

- 1.1 O presente contrato tem por objeto o provimento dos serviços detalhados no Anexo 1 – Descrição dos Serviços, deste contrato.

**2. DA VINCULAÇÃO**

- 2.1 Esse contrato integra o processo Administrativo do Contratante nº Processo 074/2023.

**3. DA FUNDAMENTAÇÃO**

- 3.1 Esse contrato é celebrado por dispensa de licitação nº 021/2023 com base no inciso XVI do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 1993.

**4. DA IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

- 4.1 Este serviço é classificado como de natureza de prestação continuada.

Fis. 177  
Proc. 074/23  
Rub. 9

**5. DO REGIME DE EXECUÇÃO**

- 5.1 Conforme o art. 10º, inciso II, letra “b”, da Lei 8.666/93, o regime de execução deste contrato é caracterizado como empreitada por preço unitário.

**6. DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**

- 6.1 A descrição do serviço está disposta no Anexo 1 – Descrição dos Serviços, deste contrato.

**7. DAS OBRIGAÇÕES**

### **7.1 São obrigações do CONTRATANTE:**

- 7.1.1 Assegurar as condições necessárias para a execução dos serviços contratados.
- 7.1.2 Solicitar formalmente, mediante simples comunicação, por meio digital ou físico, qualquer alteração que possa impactar a execução dos serviços, ficando a critério do SERPRO a sua aceitação.
- 7.1.3 Efetuar o correto pagamento, dentro dos prazos especificados neste contrato.
- 7.1.4 Não armazenar ou reproduzir os dados e informações obtidos por meio dos serviços que compõem o objeto deste contrato, excetuando-se as situações em que o armazenamento ou reprodução dos referidos dados e informações for necessário para o exercício das atividades do CONTRATANTE devidamente justificados, bem como quando o armazenamento ou reprodução dos dados e informações forem realizados por exigências legais, informando individual e detalhadamente ao SERPRO sobre cada ocorrência excepcional.
- 7.1.5 Monitorar e manter operantes os dados informados no Anexo 4 – Informações Do Contratante, bem como comunicar eventuais atualizações destes ao SERPRO sob risco de perda de comunicações relevantes aos serviços correlatos ao objeto deste contrato.

### **7.2 São obrigações do SERPRO:**

- 7.2.1 Executar os serviços contratados de acordo com o presente contrato, desde que o CONTRATANTE tenha assegurado as condições necessárias para a utilização dos serviços contratados, tais como canais de comunicação e infraestrutura de processamento.
- 7.2.2 Enviar, por meio eletrônico, relatório de prestação de contas discriminando os serviços, Notas Fiscais e Guias de pagamento correspondentes ao serviço prestado, os documentos também estarão disponíveis para o CONTRATANTE na Área do Cliente disponibilizada pelo SERPRO.
- 7.2.3 Manter-se regular perante a Administração Pública durante toda a vigência contratual, em cumprimento às determinações legais, o que será comprovado pelo CONTRATANTE por intermédio de consultas nos sistemas ou cadastros de regularidade da Administração Pública.

## **8. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO AUTORAL**

- 8.1 As condições relativas à propriedade intelectual da solução estão dispostas no Anexo 1 – Descrição dos Serviços deste contrato.

## **9. DO SIGILO E DA SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES**

- 9.1 As PARTES comprometem-se a manter sob estrita confidencialidade toda e qualquer informação trocada entre si relativamente à presente prestação de serviços, bem como toda e qualquer informação ou documento dela derivado, sem prejuízo de qualquer outra proteção assegurada às PARTES.
- 9.2 Sobre confidencialidade e não divulgação de informações, fica estabelecido que:
  - 9.2.1 Todas as informações e conhecimentos aportados pelas PARTES para a execução do objeto deste contrato são tratados como confidenciais, assim como todos os seus resultados.
  - 9.2.2 A confidencialidade implica a obrigação de não divulgar ou repassar informações e conhecimentos a terceiros não envolvidos nesta relação contratual sem autorização expressa por escrito dos seus detentores, na forma que dispõe a Lei nº 9.279/96, art. 195, XI, obedecida, ainda, a ordem da Lei nº 13.709/18 (LGPD).

- 9.3 Não são tratadas como conhecimentos e informações confidenciais as informações que foram comprovadamente conhecidas por outra fonte de forma legal e legítima, independentemente da iniciativa das PARTES no contexto deste contrato.
- 9.3.1 Qualquer exceção à confidencialidade só será possível com a anuência prévia e por escrito dos signatários do presente contrato em disponibilizar a terceiros determinada informação, ficando desde já acordado entre as PARTES que está autorizada a disponibilização das informações confidenciais a terceiros nos casos de exigências legais.
- 9.4 Para fins do presente contrato, a expressão “Informação Confidencial” significa toda e qualquer informação revelada, fornecida ou comunicada (seja por escrito, em forma eletrônica ou sob qualquer outra forma material) pelas PARTES entre si, seus representantes legais, administradores, diretores, empregados, consultores ou contratados (em conjunto, doravante designados “REPRESENTANTES”), dentro do escopo supramencionado.
- 9.5 A informação que vier a ser revelada, fornecida ou comunicada verbalmente entre os signatários deste Instrumento deverá integrar ata lavrada entre seus representantes para que possa constituir objeto mensurável para efeito da confidencialidade ora pactuada.
- 9.6 O não cumprimento do estipulado nesta cláusula por qualquer uma das PARTES, inclusive em caso de eventuais danos causados à parte contrária ou a terceiros, responsabilizará quem lhe der causa, nos termos da lei.

## 10. DOS REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO

- 10.1 O CONTRATANTE designará formalmente os representantes da Administração (Gestor e Fiscais) para acompanhar e fiscalizar a execução, alocando os recursos necessários de forma a assegurar o perfeito cumprimento deste contrato.

## 11. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 11.1 Os serviços que compõem o objeto deste contrato poderão ser prestados, a critério do SERPRO, em quaisquer dos estabelecimentos listados abaixo:

Regional Serpro Brasília, CNPJ 33.683.111/0002-80

SGAN Av. L2 Norte Quadra 601 – Módulo G – Brasília-DF

CEP 70830-900

Regional Serpro São Paulo – Socorro, CNPJ: 33.683.111/0009-56

Rua Olívia Guedes Penteado, 941, Capela do Socorro, São Paulo/SP

CEP: 04766-900

Fls. 179  
Proc. 074/23  
Rub. 9

- 11.2 Para a correta tributação as notas fiscais serão emitidas com o CNPJ do estabelecimento do SERPRO onde os serviços forem prestados.

## 12. DO VALOR DO CONTRATO

- 12.1 O valor estimado deste contrato para seu período de vigência é de R\$ 28.566,00 ((Vinte e oito mil, quinhentos e sessenta e seis reais)).
- 12.2 Os itens faturáveis, a forma de cálculo e o detalhamento dos valores a serem pagos mensalmente pelo CONTRATANTE estão descritos no ANEXO 3 - RELATÓRIO CONSOLIDADO DE PREÇOS E VOLUMES deste contrato.

## 13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 13.1 Para efeito de pagamento, o SERPRO cobrará o volume consumido pelo CONTRATANTE no período de 21 (vinte e um) do mês anterior ao dia 20 (vinte) do mês especificado.
- 13.2 Caberá ao CONTRATANTE indicar todas as informações necessárias para envio eletrônico (e-mail) da nota fiscal e das guias de pagamento correspondentes aos serviços prestados.
- 13.3 Desde o primeiro faturamento o relatório de prestação dos serviços será encaminhado automaticamente pelo SERPRO para o e-mail informado pelo CONTRATANTE no Anexo 4 – Informações Do Contratante deste contrato.
- 13.3.1 No referido e-mail constarão as informações necessárias para que o CONTRATANTE acesse e se cadastre no portal.
- 13.4 O não recebimento do documento de cobrança mensal por desatualização do e-mail informado pelo CONTRATANTE, não o isenta de realizar o pagamento dos valores por ele devidos até o seu vencimento. Neste caso, o CONTRATANTE deverá entrar em contato com o SERPRO, por meio de um dos canais disponíveis no Anexo 1 – Descrição dos Serviços, deste contrato para que atualize seu cadastro e passe a ter acesso ao portal Área do Cliente, onde estará disponível a 2ª via dos documentos necessários para efetivação do pagamento.
- 13.5 Nas notas fiscais emitidas, o nome do CONTRATANTE apresentará a mesma descrição registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB do Ministério da Economia – ME.
- 13.6 O prazo para pagamento das Faturas ou das Guias de Recolhimento compreende até 20 (vinte) dias corridos a partir da data de emissão da nota fiscal e o prazo para emissão dar-se-á até o último dia útil do mês de referência. .
- 13.7 O valor da primeira fatura poderá ser cobrado proporcionalmente (pro rata die) a partir da instalação/habilitação do serviço contratado.
- 13.8 O valor mensal será atestado definitivamente em até 3 (três) dias corridos do recebimento ou da disponibilização da documentação correspondente à prestação do serviço.
- 13.8.1 Decorrido o prazo para recebimento definitivo, sem que haja manifestação formal do CONTRATANTE, o SERPRO emitirá automaticamente as notas fiscais referentes aos serviços prestados.
- 13.8.2 Caso ocorra rejeição parcial ou total dos serviços, após a emissão das notas fiscais, os referidos acertos serão compensados na fatura do mês subsequente. Na ausência de saldo contratual em serviços a serem prestados, o SERPRO pagará ao CONTRATANTE por meio de cobrança administrativa.

#### **14. DO ATRASO NO PAGAMENTO**

- 14.1 Não ocorrendo o pagamento pelo CONTRATANTE dentro do prazo estipulado neste contrato, o valor devido será acrescido de encargos moratórios, que contemplam:
- 14.1.1 Multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês sobre o valor faturado, a partir da data do vencimento, ou seja, cobrança por dia (pro rata die).
- 14.1.2 Correção monetária do valor devido com base na variação mensal do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ou outro índice de âmbito federal que venha a substituí-lo, para os atrasos com 30 (trinta) ou mais dias.
- 14.2 A compensação financeira devida será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = (M \times VP) + (JM \times N \times VP) + (I \times VP)$ , onde:

EM = Encargos Moratórios

M = Multa por atraso

VP = Valor da parcela em atraso

JM = Juros de mora, assim apurados: 6/100/365

N = Número de dias entre a data prevista e a do efetivo pagamento

I = Atualização Monetária (IPCA acumulado no período).

Fis. 181  
Proc. 074123  
Rub. 9

14.2.1 O atraso no pagamento, quando igual ou superior a 90 (noventa) dias, permite a suspensão imediata dos serviços prestados pelo SERPRO, hipótese em que o CONTRATANTE continuará responsável pelo pagamento dos serviços já prestados e dos encargos financeiros deles decorrentes.

## 15. DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS

15.1 Em conformidade com a legislação tributária aplicável, nos casos em que houver a retenção de tributos, via substituição tributária, caberá ao CONTRATANTE enviar os comprovantes de recolhimento de tributos para o seguinte endereço eletrônico do SERPRO: [gestaotributaria@serpro.gov.br](mailto:gestaotributaria@serpro.gov.br), podendo ainda esses serem encaminhados via correspondência postal, para o seguinte endereço:

Departamento de Gestão Tributária

Superintendência de Controladoria

SERPRO (Edifício SEDE)

SGAN 601 – Módulo V – Asa Norte – Brasília/DF CEP: 70.836-900

## 16. DA VIGÊNCIA

16.1 O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, prorrogável por igual período até o máximo de 60 (sessenta) meses, conforme preconizado no art. 57, inc. II, da Lei n. 8.666/93.

16.1.1 Caso a assinatura seja efetivada por meio de certificação digital ou eletrônica, considerar-se-á como início da vigência a data em que o último signatário assinar.

## 17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 A despesa com a execução deste contrato está programada em dotação orçamentária própria do CONTRATANTE, prevista no seu orçamento para o exercício corrente, conforme disposto a seguir: Centro de custo: 401 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / Unidade: 020401 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / Funcional: 04.122.0003.2181.0000 – Manutenção das Ações da Secretaria de Administração / Catec. Econ.: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica / Ficha: 78 / Fonte de Recurso: 50000.

17.2 Para o caso de eventual execução deste contrato em exercício futuro, a parte da despesa a ser executada em tal exercício será objeto de Termo Aditivo ou Apostilamento com a indicação, por parte do CONTRATANTE, dos créditos e empenhos para sua cobertura.

## 18. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A forma e os critérios para o reequilíbrio estão descritas a seguir:

18.1 Reequilíbrio por meio de reajuste de preços para órgãos integrantes do SISF no

momento da contratação:

- 18.1.1 Conforme determina a Portaria 6.432, de 11 de julho de 2018, do Ministério do Planejamento, caso o CONTRATANTE seja Órgão ou Entidade integrante do Sistema de Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal – SISP, o reajuste dar-se-á por meio da aplicação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI), apurado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), acumulado nos últimos doze meses contados a partir da data de assinatura do contrato.
- 18.2 Reequilíbrio por meio de reajuste de preços para órgãos ou entidades não integrantes do SISP no momento da contratação:
- 18.2.1 Dar-se-á por meio da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), acumulado nos últimos doze meses contados a partir da data de assinatura do Contrato.
- 18.3 Haja vista que a apuração do IPCA e do ICTI é realizada mensalmente pelo IBGE e IPEA, respectivamente, o que inviabiliza a sua ponderação em proporção diária, a referência do cálculo considerará meses completos a partir do mês da data base.
- 18.4 A data base para cálculo do índice da primeira correção monetária será o mês de assinatura do Contrato, considerando-se esta data a do orçamento do Contrato e tomando-se como base a seguinte fórmula:
- $$I_r = (I_1 - I_0) / I_0$$
- $$R = V_0 \times I_r$$
- $$V_1 = V_0 + R$$
- Onde:
- I<sub>r</sub> - índice de reajustamento
  - I<sub>1</sub> - índice correspondente à data para qual se deseja reajustar o valor (aniversário de 12 (doze) meses a partir da assinatura do Contrato)
  - I<sub>0</sub> - índice correspondente à data base do contrato (mês de assinatura do Contrato)
  - R - valor do reajustamento procurado
  - V<sub>1</sub> - preço final já reajustado
  - V<sub>0</sub> - preço original do Contrato, na data base (valor a ser reajustado)
- 18.5 No caso de utilização do IPCA, os valores de “I<sub>0</sub>” e de “I<sub>1</sub>” podem ser consultados no sítio eletrônico do IBGE, localizado no seguinte endereço:  
[https://www2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc\\_ipca/defaultseriesHist.shtm](https://www2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm).
- 18.6 Para o caso de utilização do ICTI, os valores de “I<sub>0</sub>” e de “I<sub>1</sub>” podem ser consultados no sítio eletrônico do IPEA, localizado no seguinte endereço: <http://www.ipea.gov.br>.
- 18.7 Seguindo entendimento explicitado no Acórdão 1.374/2006 – Plenário - TCU, os reajustes poderão ocorrer por simples apostilamento, devendo ser efetivados de forma automática e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte da proponente.
- 18.8 Após efetuado pela autoridade competente da parte Contratante, o apostilamento deverá ser enviado ao SERPRO no prazo máximo de 5 dias corridos contados da assinatura do documento.
- 18.9 De acordo com o art. 2º da lei 10.192/2001, os efeitos do reajuste serão considerados a partir do dia subsequente ao aniversário de vigência do contrato e a aplicação dos demais reajustes respeitarão o intervalo mínimo de 12 (doze) meses entre suas aplicações (art. 2º da lei 10.192/2001).
- 18.10 O índice de reajuste incidirá sobre cada item faturável discriminado neste Contrato.

Fis. 182  
Proc. 074/23  
Rub. 9

18.11 Reequilíbrio por meio de revisão, para todos os Órgãos e Entidades Contratantes, integrantes do SISP ou não:

18.11.1 Dar-se-á em caso de mudança de caráter extraordinário e extracontratual que desequilibre a equação econômico e financeira. A base para cálculo da revisão retroagirá até a data do fato que a motivou e deverá ser formalizada por termo aditivo próprio.

## 19. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

19.1 O SERPRO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente Contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado deste Contrato. Mediante acordo entre as partes poderá haver supressão de quantitativos do objeto contratado, em percentual superior a 25% do valor inicial do Contrato.

Fls. 183  
Proc. 074/23  
Rubr g

## 20. DA RESCISÃO

20.1 As condições para a rescisão deste contrato são as estabelecidas nesta cláusula

20.2 Os casos de rescisão contratual obedecerão ao disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993 e serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

20.3 Para formalizar a rescisão contratual, o CONTRATANTE deverá abrir um acionamento, nos termos previstos neste contrato, por meio dos Canais de Atendimento expostos no Anexo 1 – Descrição dos Serviços deste contrato.

20.4 Eventual cancelamento da autorização do SERPRO para prestação dos serviços objeto deste Contrato, feito pelo órgão ou entidade responsável pelos dados e informações, implica imediata suspensão dos serviços e início do procedimento de rescisão deste contrato, e o CONTRATANTE não terá direito à indenização por parte do SERPRO seja a que título for.

20.5 Em caso de cancelamento ou suspensão dos serviços por iniciativa de qualquer das PARTES, estes serão considerados parcialmente entregues e caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento proporcional aos serviços até então prestados.

## 21. DA COMUNICAÇÃO FORMAL

21.1 Será considerada comunicação formal toda e qualquer troca de informações realizadas entre as partes por meio dos Canais de Atendimento expostos no Anexo 1 – Descrição dos Serviços deste contrato.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 Os ônus decorrentes do descumprimento de quaisquer obrigações estabelecidas neste instrumento contratual serão de responsabilidade da parte que lhes der causa, respondendo ainda o inadimplemento por perdas e danos perante a parte prejudicada.

22.2 Na aplicação das sanções a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena bem como o dano causado à parte prejudicada, observado o princípio da proporcionalidade.

22.2.1 Constituirá:

22.2.1.1 Mora – O recebimento total em atraso dos serviços contratados ou atraso na execução das disposições contratuais.

22.2.1.2 Inexecução parcial – O recebimento parcial, ainda que em atraso, dos serviços contratados para o período de referência.

22.2.1.3 Inexecução total – O não recebimento de todas as parcelas dos serviços contratados.

22.2.2 Por inexecução parcial ou total deste contrato o SERPRO estará sujeito à aplicação gradativa das sanções descritas no art. 87 da Lei 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

22.2.2.1 Em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações, o valor da multa não excederá a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

22.2.2.2 Fica estipulado o percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês pro rata die sobre o valor do item inadimplido para os casos de mora (atraso).

22.2.3 Ficam estipulados a título de multa compensatória os percentuais de:

22.2.3.1 2% (dois por cento) sobre o valor do item inadimplido para os casos de inexecução parcial reiterada.

22.2.3.2 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato para os casos de inexecução total.

22.3 Dentro do mesmo período de referência, para o mesmo item inadimplido, a multa por inexecução total substitui a multa por inexecução parcial e esta última substitui a multa por mora.

22.4 Os valores devidos pelo SERPRO serão pagos preferencialmente por meio de redução do valor cobrado na fatura do mês seguinte à respectiva aplicação. Na ausência de saldo contratual em serviços a serem prestados, o SERPRO pagará pela diferença por meio de cobrança administrativa ao CONTRATANTE ou, em último caso, por meio de cobrança judicial.

## 23. DA ADERÊNCIA À LEI 13.709 DE 2018

23.1 As condições relativas à aderência das PARTES à Lei Geral de Proteção de Dados estão discriminadas no Anexo 2 – Tratamento E Proteção De Dados Pessoais.

## 24. DA LEI ANTICORRUPÇÃO

24.1 As partes CONTRATANTES comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013, e, no que forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais: Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) - promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000; a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) - promulgada pelo Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002; e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) - promulgada pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006

24.2 O SERPRO (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei nº 12.846/2013; (iii) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente Código de Ética, Conduta e Integridade do SERPRO, da Política de Integridade e Anticorrupção do SERPRO e do Programa Corporativo de Integridade do SERPRO.

24.2.1 O SERPRO, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante à CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles

Fis. 184  
Proc. 074/23  
Rub. 9

descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

- 24.2.2 Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte do(a) CONTRATADO(a), em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar instauração de Apuração de Responsabilidade de seus Agentes com aplicação de sanções administrativas porventura cabíveis, sem prejuízo do ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos do artigo 18, da Lei nº 12.846/2013.
- 24.2.3 O SERPRO obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país.

## **25. DA SUBMISSÃO À CÂMARA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO**

- 25.1 Aplicam-se às PARTES as regras para solução de controvérsias de natureza jurídica destinadas à Administração Pública, em especial quanto à submissão dessas, em sede administrativa, à Câmara de Mediação e Conciliação competente.

## **26. DOS CASOS OMISSOS**

- 26.1 A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais, pelos dispositivos da Lei nº 8.666/93, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

## **27. DO FORO**

- 27.1 Em atenção ao art. 109 inc. I da Constituição Federal de 1988, as PARTES elegem o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal como competente para dirimir as dúvidas oriundas do presente contrato.

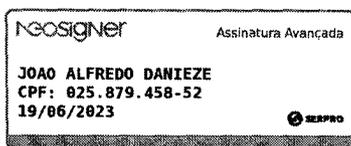
## **28. DA PUBLICAÇÃO**

- 28.1 Conforme art. 61 § único da Lei 8.666/93, caberá ao CONTRATANTE providenciar, a sua conta, a publicação resumida deste instrumento e dos seus eventuais aditamentos na Imprensa Oficial.

Fls. 185  
Proc. 074/23  
Rub. 9

E, para firmeza e prova de haverem entre si ajustado e concordado, foi lavrado o presente contrato que, depois de lido e achado conforme, é assinado e disponibilizado em vias de igual teor e forma pelas PARTES e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

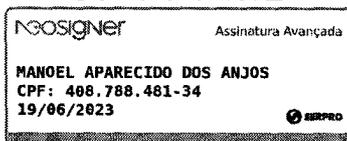
Ribas do Rio Pardo/MS, 16 de junho de 2023.



João Alfredo Danieze

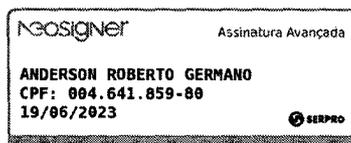
Fls. 186  
Proc. 074/23  
Rub. 9

CONTRATANTE



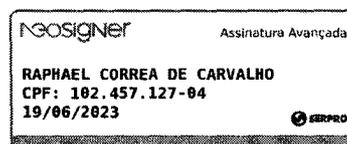
Manoel Aparecido dos Anjos

CONTRATANTE



Anderson Roberto Germano

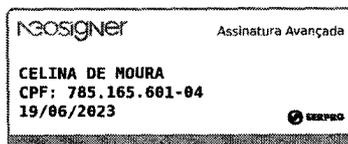
SERPRO



Raphael Correa de Carvalho

SERPRO

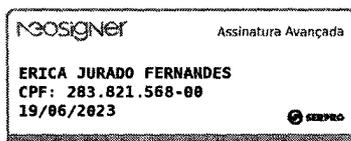
Testemunha 1:



CELINA DE MOURA

CPF: 785.165.601-04

Testemunha 2:



Fls. 187  
Proc. 074/23  
Rub. 9

---

ERICA JURADO FERNANDES

CPF 283.821.568-00

## ANEXO 1 – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Fis. 188  
Proc. 074/23  
Rub. 9

### 1. DEFINIÇÕES BÁSICAS

- 1.1 **Partes:** Todas as pessoas envolvidas neste contrato, isto é, o CONTRATANTE e o SERPRO.
- 1.2 **Cliente:** Pessoa Jurídica que declara concordância com o presente documento por sua livre e voluntária adesão e que é identificada por meio do seu cadastro na Área do Cliente do SERPRO.
- 1.3 **Portal:** Canal eletrônico acessível por meio da internet para vendas de serviços oferecidos pelo SERPRO.
- 1.4 **Área do Cliente:** Canal eletrônico acessível por meio da Internet pelo CONTRATANTE. Este portal permitirá aos cadastrados do CONTRATANTE gerarem novas chaves de acesso, verificar consumo, emitir 2ª via de fatura, acessar documentação técnica do serviço contratado. <<http://cliente.serpro.gov.br>>.

### 2. DESCRIÇÃO GERAL DO SERVIÇO

- 2.1 O SerproMail Clientes é um sistema de correio eletrônico e produtividade baseado no software de código aberto Zimbra Network Edition. Possui recursos de e-mail, catálogo de endereços, tarefas, calendário, suíte de escritório - editor de textos, planilhas e apresentações -, drive para armazenamento e compartilhamento de arquivos, mensagens instantâneas e vídeo chamada. O SerproMail Clientes pode ser acessado a partir da interface web, clientes de e-mail - MS Outlook, Mozilla Thunderbird, além de também ser acessado por dispositivos móveis.
- 2.2 O SerproMail Clientes é dotado de arquitetura tecnológica robusta para suportar o crescimento da demanda e se adaptar às mudanças de negócio com rapidez e custos adequados, com toda sua infraestrutura instalada em solo brasileiro nos centros de dados do SERPRO e submetida à legislação do país, seguindo políticas rígidas de segurança. Isso assegura a auditabilidade, a veracidade, a confiabilidade e confidencialidade das informações trafegadas e armazenadas.

### 3. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO SERVIÇO

- 3.1 O SerproMail Clientes utiliza os conceitos de computação em nuvem, cujos componentes de infraestrutura são dotados dos recursos de balanceamento de carga e escalabilidade horizontal permitindo atender grandes volumes de contas de usuários (caixas postais).
- 3.2 O SerproMail Clientes faz uso de servidores virtuais e cada componente do serviço pode realizar sua função suportado por múltiplos servidores.
- 3.3 A arquitetura dispõe de:
  - Banco de Dados para suportar tarefas, agendas pessoais e corporativas;
  - diretório (LDAP) para suportar autenticações e os catálogos de endereços pessoais e corporativos;
  - Balanceamento de carga para distribuir a carga de trabalho uniformemente entre os servidores;
  - Backup para o serviço;
  - solução de arquivamento de longo prazo (archiving);
  - Monitoramento de toda a cadeia produtiva do serviço;
  - Autenticação de usuários por senha ou por certificado digital;
  - Recurso anti robô que impede ataque massivo com intenção de prejudicar a execução do serviço;

- Recursos de criptografia, que permite ao usuário cifrar digitalmente seus e-mails;
- Recursos antispam e antivírus.

3.4 O ambiente de comunicação eletrônica do SERPRO faz uso de diversos protocolos, tais como:

- WEB para hospedar a aplicação e receber os acessos dos usuários;
- HTTPS na comunicação com os servidores;
- SMTPS para o envio e recebimento de e-mails;
- IMAPS para hospedar os e-mails dos usuários.

Fls. 189  
Proc. 074/23  
Rub. 9

3.5 Funcionamento do Serviço

O SerproMail Clientes visa atender às expectativas de diversos órgãos. Um dos grandes benefícios do serviço é a concentração do dispêndio em uma única estrutura, neste caso, no centro de dados do SERPRO.

3.6 Existem duas opções para o gerenciamento de contas no SerproMail Clientes:

- A primeira contempla a administração e gestão do serviço por equipes do SERPRO. Nesta opção, será disponibilizada equipe especializada para promover a migração do serviço de correio eletrônico para a nuvem do SERPRO, garantindo a disponibilidade e a integridade das caixas postais já existentes. Essa opção é nomeada como **Administração Delegada**.
- A segunda opção refere-se à administração e gestão sendo realizada pelo próprio CONTRATANTE, permitindo que seus técnicos possam gerenciar suas contas. Para essa escolha, o CONTRATANTE deve ter disponibilidade de profissionais especializados em atividades de TI.

3.7 As funcionalidades do SerproMail Clientes junto com o tamanho das caixas postais são divididas conforme o quadro abaixo:

Recursos	Básica 1 GB	Intermediária 2GB	Avançada 5GB
Interface web	X	X	X
Catálogo de endereços e contatos	X	X	X
Calendário e tarefas	X	X	X
Editor de textos, planilhas e apresentações	-	X	X
Drive para armazenamento de arquivos	-	X	X
Mensageria instantânea	-	X	X
Videochamada	-	X	X
Acesso por cliente desktop	X	X	X
Acesso por dispositivos móveis	X	X	X
Antispam e antivírus	X	X	X
Assinatura digital	-	X	X
Compartilhamento de calendário, pastas e arquivos	-	X	X

Busca em anexos	-	X	X
Busca avançada	-	-	X
Conector para Outlook	-	-	X

Fls. 190  
Proc. 074/23  
Ruba

### 3.8 Serviços Adicionais

#### 3.8.1 Administração Delegada

Consiste na contratação do CONTRATADO para realizar o atendimento ao CONTRATANTE para a gestão das contas contratadas. Na Administração Delegada, estão contemplados os seguintes serviços:

- Criação, exclusão, ampliação da capacidade de armazenamento, mudança de nome da caixa postal, alteração de senha e recuperação de mensagens apagadas.
- Administração do ambiente, das bases de contas e dos dados de usuários.
- Atendimento e orientação a usuários do SerproMail | Clientes. Esse serviço consiste no atendimento para esclarecer dúvidas e na orientação para a utilização do SerproMail | Clientes.

#### 3.8.2 Armazenamento Adicional

Consiste na contratação de espaço adicional relativo à cota total disponível ao CONTRATANTE.

A distribuição do espaço adicional contratado é de responsabilidade do CONTRATANTE, que poderá repassar a execução ao SERPRO caso tenha contratado o serviço de Administração Delegada.

#### 3.8.3 Guarda por Tempo

Consiste no armazenamento de backup dos dados de e-mails, documentos, agenda, tarefas e contatos por período superior a 6 meses.

#### 3.8.4 Treinamentos

Há 2 (duas) modalidades de treinamento:

- Capacitação para administração do sistema.
- Capacitação para o usuário final.

Os treinamentos devem ser contratados como consultoria técnica (vide item 3.9.3).

### 3.9 Serviços Suplementares

Os serviços a seguir relacionados são suplementares ao objeto deste contrato e deverão ser prestados por meio de consultoria técnica demandada, a critério e necessidade do CONTRATANTE.

#### 3.9.1 Migração de Dados

Consiste na migração de caixas postais, pastas particulares, agenda e catálogo de endereços para o SerproMail Clientes, sendo para sua contratação, necessário avaliação da equipe técnica para cada caso.

#### 3.9.2 Instalação, distribuição e configuração de aplicativos

Consiste na contratação do SERPRO para configurar aplicativos clientes de e-mail (Mozilla Thunderbird, MS Outlook e outros) em estações de trabalho ou em dispositivos móveis do CONTRATANTE.

#### 3.9.3 Consultoria Técnica

O serviço de Consultoria Técnica, consiste no assessoramento técnico especializado em

Tecnologia da Informação, com disponibilização de um analista de TI, com conhecimento especializado para apoiar o CONTRATANTE na configuração dos objetos de acesso ao serviço, com conhecimento especializado para prover a capacitação dos usuários/Administradores do SerproMail Clientes.

O item faturável relacionado à "Consultoria Técnica" será prestado sob demanda do CONTRATANTE e cobrado em horas, conforme sua utilização no período definido na cláusula de ateste, respeitando os preços da tabela constante no item 5.1 Tabela de Preços.

Somente poderá ser contratado o serviço de consultoria observando-se a quantidade mínima de 16 horas dentro do período definido na cláusula de ateste.

O valor total mensal a ser pago para esse item será o resultado da multiplicação do tipo de consultoria escolhida pela quantidade de horas utilizadas.

Caso o CONTRATANTE já tenha contratado o serviço Expresso, não será cobrado o serviço de migração de dados.

#### 4. DAS CONDIÇÕES E DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 4.1 As equipes técnicas do SERPRO disponibilizarão o SerproMail Clientes em até 10 dias úteis após assinatura de contrato.
- 4.2 As estações de trabalho do CONTRATANTE deverão seguir a matriz de compatibilidade do SerproMail Clientes, tendo as seguintes características mínimas:
- Navegador web Mozilla Firefox (versão mais recente ou até 2 versões anteriores).
  - Navegador Google Chrome versão (versão mais recente ou até 2 versões anteriores).
  - Navegador Internet Explorer versão (versão mais recente ou até 2 versões anteriores).

#### 5. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO AUTORAL

- 5.1 A propriedade intelectual da tecnologia e modelos desenvolvidos direta ou indiretamente para a prestação dos serviços definidos neste contrato é exclusiva do SERPRO.

#### 6. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (NMS)

- 6.1 Níveis de Serviço são os compromissos assumidos pelo provedor em relação ao contratante do serviço. No caso do SerproMail Clientes, a contratação pode ser com ou sem administração por parte do SERPRO:

- 6.1.1 Administração e Gestão do serviço por equipes do SERPRO:

**Disponibilidade** – mínimo de 98% (noventa e oito por cento) sem contabilizar o tempo de paradas programadas para manutenção ou atualização de hardware, software ou rede, tendo prévia negociação com o cliente.

A mensuração dos níveis de serviço obedecerá o disposto no quadro a seguir:

INDICADOR DE NÍVEL DE SERVIÇO		
NS.01	Disponibilidade	Total de tempo útil que o serviço esteve disponível, sem falhas e sem janelas de manutenção.

Fls. 191  
Proc. 079/23  
Rub. 9

<b>NÍVEL</b>	98%	Percentual de disponibilidade de acesso, dentro do horário de funcionamento, sem contabilizar o tempo de paradas programadas para manutenção ou atualização de hardware, software ou rede.
<b>AFERIÇÃO</b>	Apuração Mensal	Relatório de Disponibilidade do Serviço.
<b>FÓRMULA</b>	$\%DS = 1 - \frac{(THI/THD)}{100\%}$	$\%DS$ = Percentual de disponibilidade THI = Total em minutos de indisponibilidade não previstas; THD = Total em minutos de disponibilidade previstas (24h x 60 min. x n°dias mês).

O descumprimento do indicador acima definido, ensejará a aplicação de um percentual de redução no valor do serviço no período apurado, conforme tabela a seguir:

COD	INDICADOR	META	AVALIAÇÃO	PENALIDADE
NS	Disponibilidade de acesso ao serviço	98,00%	Mensal	Desconto de 2%

- 6.2 A disponibilidade de acesso será considerada de acordo com o horário de funcionamento do serviço, desconsiderando as paradas programadas e comunicadas com antecedência.
- 6.3 Eventuais descontos por descumprimento de nível mínimo de serviço incidirão apenas sobre o valor do item faturável afetado na parcela inadimplida do serviço no período de apuração correlato.
- 6.4 A discriminação dos descontos por descumprimento de nível mínimo de serviço será informada no relatório de ateste.
- 6.5 Os valores das faturas serão líquidos (já contemplarão o desconto por descumprimento de nível mínimo de serviço).
- 6.6 As janelas de intervenções programadas não serão consideradas como redução na disponibilidade do serviço e poderão ocorrer dentro do horário de funcionamento do serviço, sem ônus ao SERPRO.
- 6.7 Para validação do NS, serão consideradas justificadas as indisponibilidades decorrentes das situações a seguir:
- motivos de força maior e naturais sem a governança do SERPRO;
  - incidentes que dependam de informações adicionais do CONTRATANTE;
  - ocorrência de falha de qualquer dos recursos físicos do ambiente do CONTRATANTE.
- 6.8 Os atendimentos aos acionamentos respeitarão o seguinte:  
 SerproMail Clientes sem Administração Delegada.  
 Para o serviço sem Administração Delegada, o SERPRO oferece equipes de suporte de apoio ao CONTRATANTE para esclarecer dúvidas de uso por meio dos canais de atendimento.  
 SerproMail | Clientes com Administração Delegada  
 Para o serviço com administração delegada, além de oferecer equipes de suporte de apoio para esclarecer dúvidas de uso por meio dos canais de atendimento, o SERPRO também disponibiliza ao CONTRATANTE equipes de suporte especializadas para a

Fis. 192  
 Proc. 04123  
 Rub. 9

gestão das caixas de correio. Neste sentido, demandas rotineiras, tais como: trocar senhas, criar/excluir caixas de correio, criar/excluir listas de distribuição de e-mails, redirecionar e-mails, aumentar cota de caixas de correio, dentre outras são realizadas pelas equipes do SERPRO.

Fis. 193  
Proc. 074/20  
Rub. 8

## 7. ATENDIMENTO E SUPORTE TÉCNICO

- 7.1 A solicitação de atendimento ou suporte técnico, pela CONTRATANTE para o serviço desejado, poderá ser realizada durante o período do contrato, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana. A prioridade de atendimento dos acionamentos dependerá do nível de severidade detalhado no contrato.
- 7.2 Será aberto um acionamento nos canais de atendimento para cada situação reportada.
- 7.3 Cada acionamento receberá um número de identificação para comprovação por parte do CONTRATANTE e para acompanhamento do tempo de atendimento.
- 7.4 Caso haja algum desvio, o CONTRATANTE deverá entrar em contato com o SERPRO informando o número de identificação do acionamento e a descrição da ocorrência.
- 7.5 Ao final do atendimento o CONTRATANTE receberá um e-mail de Controle de Qualidade (CQ) para avaliação do serviço prestado.
- 7.6 Os acionamentos terão as seguintes classificações quanto à prioridade de atendimento:

Severidade	Descrição	Tipo de Atendimento
Alta	Acionamentos associados a eventos que não fazem parte da operação normal de um serviço e que causem ou venham causar uma interrupção ou redução da qualidade de serviço (indisponibilidade, intermitência, etc.) O tratamento de acionamento de severidade alta é realizado em período ininterrupto, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, pelos Centros de Comando. A Central de Serviços do SERPRO classificará este acionamento em Registro de Incidente.	Remoto
Média	Acionamentos associados a problemas que criam restrições à operação do sistema, porém não afetam a sua funcionalidade. O tratamento de acionamento de severidade média será realizado em horário comercial, por meio de solicitação de serviço, a serem encaminhadas às áreas de atendimento, conforme a complexidade técnica da solicitação.	Remoto
Baixa	Acionamentos associados a problemas ou dúvidas que não afetam a operação do sistema (habilitação de usuários, etc.). O tratamento de acionamento de severidade baixa será realizado em horário comercial, por meio de solicitação de serviço, a serem encaminhadas às áreas de atendimento, conforme a complexidade técnica da solicitação.	Remoto

## 8. CANAIS DE ATENDIMENTO

Canais de Atendimento	Endereço	Descrição
Área do Cliente	<a href="https://cliente.serpro.gov.br">https://cliente.serpro.gov.br</a>	<p>Área exclusiva, destinada aos clientes que desejam obter segunda via do boleto, geração das chaves da API, cadastro de contatos, demonstrativo consolidado de consumo. Além disso, a plataforma oferece a possibilidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sanar dúvidas sobre processo de venda, assuntos financeiros ou sobre a Área do Cliente;</li> <li>• Obter a documentação do(s) produto(s) contratado(s);</li> <li>• Consultar seus acionamentos abertos e abrir acionamento em caso de dúvidas/suporte ao processo de venda, assuntos financeiros, Área do Cliente ou produto(s) contratado(s).</li> <li>• Solicitar Rescisão Contratual, que deve ser realizada por acionamento pelo Representante Legal devidamente cadastrado na Área do Cliente.</li> </ul> <p>Acesse nosso tutorial na Área do Cliente em Central de Ajuda -&gt; Dúvidas -&gt; Área do Cliente.</p> <p>Para tirar dúvidas relacionadas ao processo de compras, assuntos financeiros ou contratuais, acesse a Central de Ajuda na Área do Cliente -&gt; Dúvidas.</p> <p>Para abrir acionamento de suporte, assuntos financeiros ou contratuais do(s) produto(s) contratado(s), acesse a Central de Ajuda na Área do Cliente -&gt; Meus tickets -&gt; Criar novo.</p> <p>Nesse local, também é possível realizar acompanhamento dos acionamentos.</p>
Formulário web	<a href="https://atendimento.serpro.gov.br/serpromail">https://atendimento.serpro.gov.br/serpromail</a>	Para solicitar suporte técnico relacionado ao produto, relatar indisponibilidade ou sanar dúvidas sobre o produto.
E-mail (Central de Serviços - CSS)	<a href="mailto:css.serpro@serpro.gov.br">css.serpro@serpro.gov.br</a>	Em caso de indisponibilidade dos canais acima, poderá solicitar suporte por meio do e-mail. No corpo do e-mail, são necessárias as seguintes informações: Nome, CPF, CEP, Município, UF, telefone, CNPJ, nome do Serviço e descrição da solicitação.
Documentação do Produto	<a href="https://cliente.serpro.gov.br">https://cliente.serpro.gov.br</a>	<p>Documentação do produto com a compilação de assuntos sobre o que é o produto, configurações e perguntas frequentes.</p> <p>Acesse a documentação na Área do Cliente em Central de Ajuda -&gt; Meus Produtos -&gt; Clique para acessar a documentação.</p>
	<a href="https://atendimento.serpro.gov.br/centraldeajuda">https://atendimento.serpro.gov.br/centraldeajuda</a>	Menu "Documentações" -> "Links por Produtos" e clique no produto.

Assistente Serpro	<a href="https://www.serpro.gov.br/menu/suporte/css">https://www.serpro.gov.br/menu/suporte/css</a>	<i>Assistente virtual com interface interativa na página da Central de Serviços do Serpro para orientar o cliente a solicitar suporte técnico relacionado ao produto, relatar indisponibilidade no uso ou sanar dúvidas sobre o produto.</i>
-------------------	---	--

## 9. LEGISLAÇÕES

- Decreto 9.637 de de 26 de dezembro de 2018, institui a Política Nacional de Segurança da Informação.

Fis. 195  
Proc. 074/23  
Rub. 9

## ANEXO 2 – TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Parecer Jurídico SERPRO 0673/2021

Fls. 196  
Proc. 074/23  
Rub. 9

### 1. FINALIDADE E CONDIÇÕES GERAIS DESTE ANEXO

**1.1** O presente Anexo tem como finalidade firmar as condições e responsabilidades a serem assumidas pelas Partes no que se refere à aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

### 2. DEFINIÇÕES

**2.1** Para efeitos deste termo, serão consideradas as seguintes definições:

**2.1.1** Leis e Regulamentos de Proteção de Dados - Quaisquer leis, portarias e regulações, incluindo-se aí as decisões e as normas publicadas pela Autoridade Fiscalizadora competente, aplicável ao Tratamento de Dados Pessoais no território nacional.

**2.1.2** LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados, e suas respectivas alterações posteriores (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

**2.1.3** Dados Pessoais - significam qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável e que seja objeto de tratamento pelas Partes, incluindo Dados Pessoais Sensíveis, nos termos de ou em relação ao Contrato.

**2.1.4** Serviço - refere-se à contraprestação, nos termos do Contrato.

**2.1.5** Colaborador(es) - significa qualquer empregado, funcionário ou terceirizados, representantes ou prepostos, remunerado ou sem remuneração, em regime integral ou parcial, que atue em nome das Partes e que tenha acesso a Dados Pessoais por força da prestação dos serviços.

**2.1.6** Incidente de Segurança da informação – significa um evento ou uma série de eventos de segurança da informação indesejados ou inesperados, que tenham grande probabilidade de comprometer as operações do negócio e ameaçar a própria segurança da informação, a privacidade ou a proteção de dados pessoais, bem como, os acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

**2.1.7** Autoridades Fiscalizadoras - significa qualquer autoridade, inclusive judicial, competente para fiscalizar, julgar e aplicar a legislação pertinente, incluindo, mas não se limitando, à ANPD.

**2.2** Os termos "Tratamento", "Dado Pessoal", "Dado Pessoal Sensível", "ANPD", "Titular" e "Relatório de Impacto à Proteção de Dados", terão, para os efeitos deste Anexo, o mesmo significado que lhes é atribuído na Lei nº 13.709/18.

**2.2.1** - Para os efeitos deste Anexo, o Contratado é o Operador, na qualidade de pessoa jurídica que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Controlador;

**2.2.2** – Para os efeitos deste Anexo, o Contratante é o Controlador, na qualidade de pessoa jurídica a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

**2.3** As Partes declaram estar cientes do inteiro teor da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados ou "LGPD") e se obrigam a observar o dever de proteção de dados pessoais, os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais e/ou dados pessoais sensíveis, inclusive nos meios digitais, comprometendo-se a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na LGPD e nas demais leis aplicáveis.

Fis. 197  
Proc. 074/23  
Rub. 9

### **3. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

#### **3.1 São deveres das Partes:**

**3.1.1** Realizar o tratamento de dados pessoais com base nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 e/ou Capítulo IV da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços;

**3.1.2** Informar imediatamente à outra Parte, sempre que envolver a Solução tecnológica objeto do presente contrato, assim que tomar conhecimento de:

- a) qualquer investigação ou apreensão de Dados Pessoais por funcionários públicos ou qualquer indicação específica de que tal investigação ou apreensão seja iminente;
- b) quaisquer outros pedidos provenientes desses funcionários públicos;
- c) qualquer informação que seja relevante em relação ao tratamento de Dados Pessoais da outra parte; e
- d) qualquer incidente ou violação que afete o negócio ou que demande ação da outra parte.

**3.1.3** O subitem anterior interpreta-se em consonância com o detalhamento do serviço e as responsabilidades das partes previstas neste Contrato e seus demais anexos.

#### **3.2 São deveres do Contratante:**

**3.2.1** Responsabilizar-se: (i) pela realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao Titular; (ii) pela compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas; (iii) pela definição da forma de tratamento dos referidos dados, cabendo-lhe informar ao Titular, caso por este solicitado, ou através de sua política de privacidade divulgada ao público, que seus dados pessoais são compartilhados na forma prevista neste Contrato.

**3.2.2** Caso realize tratamento de dados pessoais baseado em "consentimento" (Arts. 7º, I ou 11, I da LGPD), responsabilizar-se-á pela gestão adequada do instrumento de consentimento fornecido pelo Titular.

### **3.3 São deveres do Contratado:**

Fls. 198  
Proc. 074/23  
Rub. 9

**3.3.1** Tratar os dados pessoais somente em nome do Contratante e sempre em conformidade com as suas instruções, fundamentadas neste Contrato e na legislação de proteção de dados aplicáveis e somente para os fins relacionados à prestação dos serviços e da maneira especificada, ao longo do tempo e por escrito, pelo Contratante, e para nenhuma outra finalidade ou de qualquer outra forma, salvo com o consentimento prévio expresso e por escrito do Contratante. As instruções fornecidas de forma verbal serão imediatamente confirmadas por escrito. Se o Contratado não puder oferecer esta conformidade por qualquer motivo, notificará imediatamente o Contratante sobre a sua incapacidade em cumprir, e, neste caso, o Contratante terá o direito de suspender a transferência dos Dados e/ou rescindir este Contrato;

**3.3.2** Garantir que o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, e utilizá-lo, quando for o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

**3.3.3** Não transferir, nem de outra forma divulgar dados da outra Parte, exceto se houver necessidade para fins de fornecimento da Solução: (a) até o limite necessário para fornecer a Solução; (b) conforme permitido segundo o Contrato celebrado entre as partes; (c) se for exigido pela Legislação Aplicável. Se for obrigada pela Legislação Aplicável a transferir, divulgar ou permitir o tratamento de dados por terceiros, notificará prontamente a outra Parte antes de atender tal exigência, e cooperará no sentido de limitar a extensão e o âmbito de tal transferência, divulgação ou tratamento.

**3.3.4** Cooperar com o Contratante no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo;

**3.3.5** Comunicar, em até dez dias, ao Contratante, o resultado de auditoria realizada pela ANPD, na medida em que esta diga respeito aos dados da outra parte, corrigindo, em um prazo razoável, eventuais desconformidades detectadas;

**3.3.6** Informar imediatamente ao Contratante, quando receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito dos seus Dados Pessoais, sempre que envolver a solução tecnológica objeto do presente contrato;

**3.3.7** Abster-se de responder a qualquer solicitação em relação aos Dados Pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

#### **4. DOS COLABORADORES DO CONTRATADO**

Fls. 199  
Proc. 074/23  
Rub. 9

**4.1** O Contratado assegurará que o Tratamento dos Dados Pessoais enviados pela Contratante fiquem restritos aos Colaboradores que precisam efetivamente tratá-los, com o objetivo único de alcançar as finalidades definidas no contrato indicado no preâmbulo, bem como que tais Colaboradores:

**4.1.1** Tenham recebido treinamentos referentes aos princípios da proteção de dados e às leis que envolvem o tratamento; e

**4.1.2** Tenham conhecimento das obrigações do Contratado, incluindo as obrigações do presente Termo.

**4.2** Todos os Colaboradores do Contratado, bem como os em exercício na Empresa, são obrigados a guardar sigilo quanto aos elementos manipulados, incluindo os que envolvam dados pessoais, nos termos já definidos pelo artigo 8º, da Lei 5.615/70.

**4.3** O Contratado não poderá ser punido e não será responsabilizado, caso tais informações sejam exigidas por requisição de autoridades competentes ou por determinação judicial, hipótese em que deverá notificar previamente o Contratante acerca da existência e do conteúdo da ordem/requisição correspondente, em tempo razoável para que o Contratante possa, caso deseje, apresentar suas medidas perante o juízo ou autoridade competente, sendo certo que o Contratado se compromete a cumprir a ordem legal estritamente nos limites do que lhe for requisitado.

#### **5. DOS COOPERADORES**

**5.1** O Contratante concorda que o Contratado, nos termos da Lei, e para atender a finalidade contratual, firme parcerias com outros provedores. Ainda assim, o Contratado tem a obrigação de celebrar contratos adequados e em conformidade com a LGPD e adotar medidas de controle para garantir a proteção dos dados do Contratante e dos dados do Titular, aderentes aos requisitos de boas práticas e segurança aplicados pela Contratada.

**5.2** O Contratado notificará previamente o Contratante, sempre que desejar adicionar provedores parceiros.

Fls. 200  
Proc. 074/23  
Rub. 9

## **6. DA SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS**

**6.1** O Contratado adotará medidas de segurança técnicas e administrativas adequadas a assegurar a proteção de dados (nos termos do artigo 46 da LGPD), de modo a garantir um nível apropriado de segurança aos Dados Pessoais tratados e mitigar possíveis riscos. Ao avaliar o nível apropriado de segurança, deverá levar em conta os riscos que são apresentados pelo tratamento, em particular aqueles relacionados a potenciais incidentes de segurança, identificação de vulnerabilidades, e adequada gestão de risco.

**6.2** O Contratado manterá os Dados Pessoais de clientes do Contratante e informações confidenciais sob programas de segurança (incluindo a adoção e a aplicação de políticas e procedimentos internos), elaborados visando (a) proteção contra perdas, acessos ou divulgação acidentais ou ilícitos; (b) identificar riscos prováveis e razoáveis para segurança e acessos não autorizados à sua rede; e (c) minimizar riscos de segurança, incluindo avaliação de riscos e testes regulares. O Contratado designará um ou mais empregados para coordenar e para se responsabilizar pelo programa de segurança da informação, que inclui a garantia de cumprimento de políticas internas de segurança da informação.

**6.3** Em caso de incidente de segurança, inclusive de acesso indevido, não autorizado e do vazamento ou perda de dados pessoais que tiverem sido transferidos pelo Contratante, independentemente do motivo que o tenha ocasionado, a Contratada comunicará ao Contratante imediatamente a partir da ciência do incidente, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente; (ii) data e hora da ciência pela Contratada; (iii) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente; (iv) número de Titulares afetados; (v) dados de contato do Encarregado de Proteção de Dados ou outra pessoa junto à qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido; e (vi) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos incidentes. Caso a Contratada não disponha de todas as informações ora elencadas no momento de envio da comunicação, deverá enviá-las de forma gradual, de forma a garantir a maior celeridade possível, sendo certo que a comunicação completa (com todas as informações indicadas) deve ser enviada no prazo máximo de 5 dias a partir da ciência do incidente.

**6.4** Fica estabelecido que o Contratado não informará a nenhum terceiro a respeito de quaisquer incidentes, exceto quando exigido por lei ou decisão judicial, hipótese em que notificará o Contratante e cooperará no sentido de limitar o âmbito das informações divulgadas ao que for exigido pela legislação vigente.

## **7. DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS**

**7.1** As transferências de Dados Pessoais para um terceiro país, ou seja, um país diferente daquele em que os Dados Pessoais são disponibilizados, são permitidas somente quando tais

transferências forem estritamente necessárias para a execução do Contrato e de acordo com as condições e os limites estabelecidos a seguir:

**7.2** O Contratado deverá notificar o Contratante, sem demora indevida, de quaisquer intenções de transferências permanentes ou temporárias dos Dados Pessoais do Contratante para um terceiro país e somente realizar tal transferência após obter autorização, por escrito, que pode ser negada a seu critério.

**7.2.1** – Essa notificação deverá conter informações detalhadas sobre para quais países as informações seriam transferidas e para quais finalidades.

**7.3** Quando a transferência for solicitada pelo Contratante ou necessária para a prestação dos Serviços (mediante prévia autorização, por escrito, do Contratante), a parte Contratada deverá adotar os mecanismos de transferência internacional pertinentes (incluindo, quando aplicável, as futuras cláusulas padrão aprovadas pela ANPD para Transferência Internacional de Dados Pessoais, sempre que estiverem disponíveis, ou, quando aplicável, cláusulas contratuais exigidas por países destinatários).

Fis. 201  
Proc. 074/23  
Rub. 9

## **8. DA EXCLUSÃO E DEVOLUÇÃO DOS DADOS PESSOAIS DO CONTRATANTE**

**8.1** As partes acordam que, quando do término da vigência do contrato envolvendo o Tratamento de Dados Pessoais, prontamente darão por encerrado o tratamento e, em no máximo 30 dias, serão eliminados completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando necessária a manutenção dos dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese autorizativa da LGPD.

## **9. DAS RESPONSABILIDADES**

**9.1** Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido no corpo deste Anexo, no contrato em que ele se insere e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

## **10. DOS DIREITOS DOS TITULARES**

**10.1** Os direitos dos titulares dos Dados Pessoais previstos nas legislações que versem sobre dados pessoais serão atendidos pelo Contratante, pois a referida Parte, na qualidade de Controlador dos Dados Pessoais, será exclusivamente responsável por decidir se e como eventuais requisições dos Titulares deverão ser atendidas. Caso algum titular dos dados pessoais tratados no âmbito deste contrato faça sua requisição diretamente ao Contratado, como por exemplo, solicite a retificação, atualização, correção ou acesso aos seus dados pessoais, esta requisição será encaminhada imediatamente ao Contratante para que este proceda com o atendimento da requisição feita.

**10.2** No caso de uma requisição de exclusão dos Dados Pessoais pelos Titulares, o

Contratado poderá mantê-los em seus sistemas, caso haja qualquer base legal ou contratual para a sua manutenção, como por exemplo, para resguardo de direitos e interesses legítimos do próprio Contratado.

**10.3** Para prestar os serviços descritos neste contrato, as Partes deverão adotar as salvaguardas de segurança descritas no item 5 e as medidas de transparência previstas na LGPD, em especial nos artigos 9º; 23, I e parágrafo 3º e capítulo III e no capítulo II da LAI.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Fls. 202  
Proc. 074/23  
Rub. 9

**11.1** Sem prejuízo de eventuais disposições sobre mediação e jurisdição:

**11.2** Prevaecem as cláusulas e disposições do Contrato, naquilo que não conflitarem com o disposto neste Instrumento.

**11.3** As partes ajustarão variações a este Anexo que sejam necessárias para atender aos requisitos de quaisquer mudanças nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados.

**11.4** Caso qualquer disposição deste Termo seja inválida ou inexequível, o restante deste Termo permanecerá válido e em vigor. A disposição inválida ou inexequível deve ser (i) alterada conforme necessário para garantir a sua validade e aplicabilidade, preservando as intenções das partes o máximo possível ou, se isso não for possível, (ii) interpretadas de maneira como se a disposição inválida ou inexequível nunca estivesse contida nele.

**ANEXO 3 - RELATÓRIO CONSOLIDADO DE PREÇOS E VOLUMES**

**1. O PREÇO E OS VOLUMES DOS SERVIÇOS A SEREM PAGOS OBEDECERÃO AS SEGUINTES REGRAS**

- 1.1 Os itens faturáveis, que se referem à descrição do serviço nas notas fiscais e a forma de precificação do serviço seguirão o disposto abaixo:

IFA	Itens Faturáveis	Unidade de Medida	Preço Unitário
1	SERPROMail - Administração Delegada	Caixa	R\$ 4,89
2	SERPROMail - Armazenamento Adicional	GB - GigaByte	R\$ 2,53
3	SERPROMail - Caixa Avançada (5 Gb) - BYOL - sem licença	Caixa	R\$ 6,35
4	SERPROMail - Caixa Avançada (5 GB) com licença	Caixa	R\$ 15,87
5	SERPROMail - Caixa Básica (1 Gb) - BYOL - sem licença	Caixa	R\$ 2,12
6	SERPROMail - Caixa Básica (1 GB) com licença	Caixa	R\$ 6,35
7	SERPROMail - Caixa Intermediária (2 Gb) - BYOL - sem licença	Caixa	R\$ 3,17
8	SERPROMail - Caixa Intermediária (2 GB) com licença	Caixa	R\$ 9,52
9	SERPROMail - Guarda por Tempo	GB - GigaByte	R\$ 4,20
10	SERPROMail - Talk	Caixa	R\$ 6,61

IFA	Itens Faturáveis	Unidade de Medida	Preço Unitário
1	Consultoria	HH	R\$ 453,00

Fis. 203  
Proc. 074/23  
Rub. 9

## ANEXO 4 – INFORMAÇÕES DO CONTRATANTE

### 1. INFORMAÇÕES PARA EMISSÃO E ENVIO DA NOTA FISCAL (FINANCEIRO)

Razão Social:	<MUNICÍPIO DE RIBAS DO RIO PARD/MS>
CNPJ:	03.501.541/0001-91
Inscrição Municipal:	<Isento>
Inscrição Estadual:	<Isento>
Endereço com UF:	Rua Conceição do Rio Pardo, 1725, Centro - Ribas do Rio Pardo - MS
CEP:	79180-000
Nome Completo do Contato Financeiro:	<Nadja de Lima Matias>
CPF do Contato Financeiro:	<004.444.951-85>
Telefone do Contato Financeiro:	<(67) 3238-1175>
Endereço Eletrônico do Contato Financeiro:	<contabil@ribasdoriopardo.ms.gov.br>

### 2. INFORMAÇÕES DO CONTATO TÉCNICO

Fis. 204  
Proc. 074/23  
Rub. 9

Nome Completo:	<Raul Sérgio Nunes de Souza>
CPF:	<036.976.561-39>
Telefone:	<(67) 98481-0476 >
Endereço Eletrônico:	<coordenadoriadeti@ribasdoriopardo.ms.gov.br >

### 3. INFORMAÇÕES DO RESPONSÁVEL LEGAL (SIGNATÁRIO)

Nome Completo:	<b>João Alfredo Danieze</b>
CPF:	025.879.458-52
Cargo:	Prefeito
Nacionalidade:	Brasileiro
Número da Identidade/Órgão/UF:	5572B/OAB/MS
Telefone do Responsável Legal da Empresa:	<(67) 98169-1001 >
Endereço Eletrônico:	<prefeitura@ribasdoriopardo.ms.gov.br >
Endereço com UF:	Rua Conceição do Rio Pardo, 1725, Centro - Ribas do Rio Pardo - MS
CEP:	79180-000

Fls. 205  
Proc. 074/23  
Rub. 9

Informações da Assinatura

### Resultado da validação da(s) assinatura(s)

- Política da Assinatura: PA AD RT v2 3.der
- Carimbo do Tempo[Data com validade jurídica] emitido em:19-jun-2023 14:18:39:695 GMT, P
- Assinatura Eletrônica Avançada em conformidade com a LEI Nº 14.063
- RAPHAEL CORREA DE CARVALHO**
- Data da geração [sem validade jurídica]: 19/06/2023 às 11:35 (Horário oficial de Brasília)
- Política da Assinatura: PA AD RT v2 3.der
- Carimbo do Tempo[Data com validade jurídica] emitido em:19-jun-2023 14:35:35:763 GMT, P
- Assinatura Eletrônica Avançada em conformidade com a LEI Nº 14.063
- ERICA JURADO FERNANDES**
- Data da geração [sem validade jurídica]: 19/06/2023 às 11:47 (Horário oficial de Brasília)
- Política da Assinatura: PA AD RT v2 3.der
- Carimbo do Tempo[Data com validade jurídica] emitido em:19-jun-2023 14:47:56:168 GMT, P
- Assinatura Eletrônica Avançada em conformidade com a LEI Nº 14.063

**Conheça soluções que o SERPRO cria para o cidadão, clique aqui.**

Fechar

Fis. 206  
Proc. 074/23  
Rub. 9

Informações da Assinatura

### Resultado da validação da(s) assinatura(s)

- Política da Assinatura: PA AD RT v2 3.der
  - Carimbo do Tempo[Data com validade jurídica] emitido em:19-jun-2023 14:08:53:6 GMT, Pela
  - Assinatura Eletrônica Avançada em conformidade com a LEI Nº 14.063
- MANOEL APARECIDO DOS ANJOS
  - Data da geração [sem validade jurídica]: 19/06/2023 às 11:10 (Horário oficial de Brasília)
  - Política da Assinatura: PA AD RT v2 3.der
    - Carimbo do Tempo[Data com validade jurídica] emitido em:19-jun-2023 14:10:17:233 GMT, P
    - Assinatura Eletrônica Avançada em conformidade com a LEI Nº 14.063
- CELINA DE MOURA
  - Data da geração [sem validade jurídica]: 19/06/2023 às 11:18 (Horário oficial de Brasília)
  - Política da Assinatura: PA AD RT v2 3.der
    - Carimbo do Tempo[Data com validade jurídica] emitido em:19-jun-2023 14:18:39:695 GMT, P
    - Assinatura Eletrônica Avançada em conformidade com a LEI Nº 14.063



Fechar

Fls. 207  
Proc. 074/23  
Rub. 9

Informações da Assinatura

### Resultado da validação da(s) assinatura(s)

C:\Users\Usuario\Desktop\SERPRO 2.pdf

- ANDERSON ROBERTO GERMANO**
  - Data da geração [sem validade jurídica]: 19/06/2023 às 11:00 (Horário oficial de Brasília)
  - Política da Assinatura: PA AD RT v2 3.der
  - Carimbo do Tempo[Data com validade jurídica] emitido em:19-jun-2023 14:00:16:438 GMT, P
  - Assinatura Eletrônica Avançada em conformidade com a LEI Nº 14.063
- JOAO ALFREDO DANIEZE**
  - Data da geração [sem validade jurídica]: 19/06/2023 às 11:08 (Horário oficial de Brasília)
  - Política da Assinatura: PA AD RT v2 3.der
  - Carimbo do Tempo[Data com validade jurídica] emitido em:19-jun-2023 14:08:53:6 GMT, Pela
  - Assinatura Eletrônica Avançada em conformidade com a LEI Nº 14.063
- MANOEL APARECIDO DOS ANJOS**
- CELINA DE MOURA**

CARTEIRA DIGITAL de TRANSITO



Fechar